



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARIACICA

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE CARIACICA GESTÃO 2019/2021

1. Dados da reunião

Local	Vídeo Conferência – ZOOM	Data	11/11/2021	Horário	09h00min
-------	--------------------------	------	------------	---------	----------

2. Participantes

Diretora-presidente do IPC		Rogério Cipriano Moreira	P
Sidina Delpupo da Cunha Daniel	P	Josenito Daniel Lemos	P
Conselheiros		Angela Júlia Souza Fernandes	
Rodrigo Garcia Giori	P	Paulo Cesar Peixoto	
Danuza Matos Ribeiro		Paulo José Lima	
Jorge Augusto Barcelos	P	Patrícia Luiza Sampaio Miguel	P
Bianca dos Santos Rangel Olindino		Luciano Constantino	
Menderson Rezende de Moura	P	Convidados	
Jhawa Memelli de Moura	P	André Luiz Valentim Paulo	P
Jonas Ferreira Campos	P	Juliana de Lima Silva Rodrigues	P
Sônia Maria Ribeiro			
Lindalva da Silva Rodrigues			

3. Objetivo

Reunião Ordinária para tratar e deliberar sobre o seguinte assunto:

1. Aprovação de Atas de Reuniões;
2. Análise da Política de Investimentos 2022;

4. Encaminhamentos da reunião

Reunião Ordinária do Conselho Administrativo do IPC na data de 11 de novembro de 2021, por meio virtual através da plataforma ZOOM. Presente à reunião a Diretora Presidente do IPC, **Sídina Delpupo da Cunha Daniel**, os membros, **Jorge Augusto Barcelos**, **Menderson Rezende de Moura**, **Jhawa Memelli de Moura**, **Jonas Ferreira Campos**, **Rogério Cipriano Moreira**, **Josenito Daniel Lemos** e **Patrícia Luiza Sampaio Miguel** e como convidado o servidor do IPC André Luiz Valentim Paulo, que fará a relatoria desta reunião.

As 09:00 horas verificado o quórum, foi declarada aberta a reunião pela Diretora Presidente Sídina Delpupo da Cunha Daniel, que cumprimentou a todos. Ato contínuo apresentou a pauta de discussões da reunião, sendo: aprovação de duas Atas de Reuniões e Política de Investimentos do IPC para o ano de 2022. O Conselheiro Rodrigo Garcia Giori sugeriu que as atas fossem discutidas e aprovadas como estavam sendo executadas até então, com o envio da mesma aos Conselheiros e discussão apenas de pontos divergentes e aprovação durante as reuniões. A Presidente, acatando a sugestão do Conselheiro, não havendo manifestação contrária, confirmou o envio na data anterior e deu continuidade ao procedimento. O Conselheiro Jhawa Memelli de Moura, perguntou aos presentes se todos haviam lido as atas. A Conselheira Patrícia afirmou que sim e não havia nada para opor. Assim, a Presidente questionou se todos aprovavam a ata do dia 05/08/2021, e não houve manifestações contrárias, sendo considerada



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARIACICA

aprovada por todos. Sobre a ata de reunião do dia 09/09/2021, da mesma forma foi aprovada por todos. Quanto à ata do dia 19/10/2021, feitas pequenas correções ortográficas a ata foi aprovada por todos.

Segundo ponto de pauta, aprovação da Política de Investimentos para 2022. A palavra foi passada ao Conselheiro Rodrigo, membro e representante do Comitê de Investimentos do IPC, para exposição da Política de Investimentos do IPC para o ano de 2022. A tela de trabalho foi compartilhada a todos para melhor exposição.

O Conselheiro Rodrigo, de início fez menção ao atual cenário econômico que passamos em face da pandemia e, em consenso com os demais membros do Comitê e decidiram por não mexer muito nos parâmetros e porcentagens de investimentos nas atuais circunstâncias de acordo com o objetivo traçado. Apenas duas alterações para 2022 em relação ao ano de 2021.

De acordo com sua explanação considerando o cenário econômico incerto, a possível mudança da Resolução CMN nº. 3.922 que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos RPPS, talvez ainda no mês de Dezembro de 2021, o Comitê deve retornar a este Conselho para apresentar novas mudanças. Tudo de acordo com o cenário econômico atual. Por isso decidiram manter a política de investimentos bem semelhante ao ano de 2021. Apresentando as tabelas de investimentos, ressaltou as obrigações em face no nível III do Pró Gestão, ressaltando que somente foram feitas atualizações, por exemplo, a Meta de Rentabilidade.

Ressaltou que haverá uma alocação em relação à compra de títulos públicos. Outra alteração foi a elevação de limites na alocação de investimentos. Basicamente foram estas as alterações propostas em face do cenário econômico, porém, informa desde já que, o cenário político poderá forçar algumas intervenções nesta política de investimentos. Ressaltou a renda variável no cenário internacional. A título de informação, de acordo com a empresa de consultoria, para o ano de 2022 realizaremos um plano de contingência. Em síntese o plano foi apresentado e passou-se aos questionamentos que foram abertos aos Conselheiros.

O Conselheiro Jhawa Memelli de Moura questionou sobre a compra direta de títulos. Os questionamentos foram sobre a compra de títulos que estão maiores percentuais de juros e pensa que poderia ter maior alocação de recurso nisto. O Conselheiro Rodrigo em resposta explicou que o Comitê já está estudando essa possibilidade, porém entendem não ser o momento, pois poderia acarretar com o registro de perda. O Conselheiro Menderson questionou sobre os valores alocados e requereu que trouxessem um parecer do Conselho Fiscal sobre os investimentos. O Conselheiro Rodrigo explicou que algumas aplicações são necessárias pelo cenário econômico sem, contudo ter que registrar perda. O Conselheiro Menderson renovou sua intenção de um parecer do Conselho Fiscal. O Conselheiro Jhawa manifestou que o Conselho Fiscal não teria conhecimento técnico para análise do assunto. Não houve aprovação sobre o encaminhando proposto.

A Presidente esclareceu ao Conselheiro Jhawa que o registro de perdas tem fiscalização do TCEES e se existisse teria uma conotação ruim, corroborando e aprovando a condução dos investimentos como o Comitê tem feito. O Conselheiro insistiu na alocação maior em títulos públicos em detrimento da renda variável e que o reconhecimento de perda seria absorvido em longo prazo.

O Conselheiro Rodrigo, afirmou que a proposta do Comitê é elevar aos poucos o investimento em títulos públicos. O Comitê entende que no futuro poderá haver essa alteração sobre a compra, porém entendem que não há possibilidade de reconhecer perda. O Conselheiro Rodrigo explicou que hoje o Comitê entende que não tem como realizar reconhecimento de perdas.

O Conselheiro Jhawa questionou que não é política deste Comitê fazer as alterações discutidas, sendo que quem aprova é o Conselho Administrativo, achando que poderíamos aumentar a compra de títulos públicos, alegando que o risco seria quase zero. O Conselheiro Rodrigo, afirmou que no momento, o



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARIACICA

Comitê pensa desta forma e não há espaços para reconhecimento de perdas. O Conselheiro Jhawa discorda do posicionamento.

A Conselheira Patrícia solicitou a palavra e questionou acerca da probabilidade de perda com o aumento de compra de títulos. O Conselheiro Rodrigo afirmou que seria próximo de zero. A Conselheira então questionou sobre o porquê não aumentar então, solicitando a participação dos demais Conselheiros. O Conselheiro Rodrigo afirmou que esta elevando a compra, mas gradativamente. O Conselheiro afirmou que a medida preserva a parte contábil e fiscalizatória. A Conselheira afirmou que vivemos um momento de quebra de paradigmas, mas diante do atual cenário é uma possibilidade e seria válida a mudança. O Conselheiro Rodrigo insiste que no momento o Comitê entende ser esta a melhor atitude e num futuro estudar medidas para alterar a situação apresentada.

A Presidente propôs uma consulta prévia ao TCEES sobre o assunto. O Conselheiro Rodrigo se propôs a fazer esta consulta, porém entende que se trata de uma discricionariedade do RPPS. O Conselheiro Jhawa se manifestou no mesmo sentido.

Após um breve debate sobre as opções sobre o assunto a Presidente Sídina encaminhou aos presentes, diante do tempo da reunião, que o Conselheiro Jhawa se reunisse com o Comitê e pudessem chegar a um consenso sobre o assunto e remarcar uma nova reunião para a aprovação da política de investimentos.

Assim diante das questões ainda em discussão, foi suspensa a pauta e o assunto será novamente retomado na próxima reunião, ficando o Conselheiro Rodrigo responsável por rediscutir com o Comitê de Investimentos e trazer novamente a proposta ao Conselho. Fica estabelecida que o assunto será retomado na nova reunião do Conselho.

Com as devidas considerações, a reunião terminou às 11h20min. Eu, André Luiz Valentim Paulo, lavrei a presente ata e, por ser verdade, assino.

5. Fechamento da reunião

Data 11/11/2021 às 11h20min

Relator André Luiz Valentim Paulo

SIDINA DELPUPO DA
CUNHA
DANIEL:09953021708

Assinado digitalmente
por SIDINA DELPUPO
DA CUNHA
DANIEL:09953021708
Data: 2022.03.29
13:05:57 -0300

Sidina Delpupo da Cunha Daniel
Diretora Presidente
Matrícula 15.166